

INTERFACE ENTRE O PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PNHR NOS MUNICÍPIOS DE GUIRICEMA E SÃO MIGUEL DO ANTA-MG E A REALIDADE DAS FAMÍLIAS CONTEMPLADAS¹

INTERFACE BETWEEN THE IMPLEMENTATION PROJECT OF PNHR IN THE MUNICIPALITIES OF GUIRICEMA AND SÃO MIGUEL DO ANTA-MG AND THE REALITY OF THE CONTEMPLATED FAMILIES

Suellen Nascimento dos Santos²
Neuza Maria da Silva³
Lilian Perdigão Caixeta Reis⁴
Maristela Siolari da Silva⁵

1. RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender as realidades de moradia contempladas pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR - buscando descrever a importância atribuída aos cômodos da casa rural pelos moradores e em que medida o Programa se adequa à realidade das famílias camponesas dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta, MG. Como referencial teórico foi feito um levantamento histórico das funções dos espaços da casa no Brasil. Trata-se de uma pesquisa descritiva em que foi entrevistada uma amostra de 55 famílias. Os resultados assinalaram que o Programa não contempla as expectativas de moradia das famílias rurais, por apresentar um caráter urbano, apesar da cultura rural apresentar forte influência da cidade.

Palavras-chave: Programa Nacional de Habitação Rural. Família. Casa.

¹ Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica do 1º autor, com apoio da CAPES.

² Gestora de Cooperativas. Mestranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: suellen.santos@ufv.br

³ Doutora em Economia da Família e do Consumidor – Purdue University (1994), Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: lilizams@ufv.br

⁴ Doutora e Pós-Doutora em Psicologia pela UFBA e Professora Adjunto do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: lilian.perdigao@yahoo.com.br

⁵ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharias de São Carlos da Universidade de São Paulo e Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: siolari@ufv.br

2. ABSTRACT

This work aims at understanding the contemplated housing by the Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR-, describing the importance of the rooms of the rural houses according to their residents and how the program adequates itself to the reality of the rural families from Guiricema and São Miguel do Anta, MG. As for the theoretical background, a historical survey was conducted in order to explain the functions of the room and spaces of the houses in Brazil. It is a descriptive kind of research in which 55 families were interviewed. Based on the results, the program does not contemplate the housing expectations of the rural families for the houses present an urban style, though the rural culture presents a strong influence by the city.

Keywords: National Program of Rural Housing. Family. House.

3. INTRODUÇÃO

O Brasil possui um déficit habitacional que pode ser mensurado em aspectos quantitativos e qualitativos. Alves e Cavenaghi (2005) propõem que a oferta e a demanda de moradias devem ser analisadas em termos quantitativos e a adequação dos domicílios, em termos qualitativos. Nestes termos, pode-se considerar que o déficit habitacional também é um fator recorrente no meio rural.

Tomando por base a definição de déficit habitacional qualitativo e quantitativo, é possível considerar em termos quantitativos que, no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007-2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), o déficit habitacional quantitativo é majoritário no meio urbano representando um total de 85%. Outro dado importante é que, de acordo com dados do IBGE/PNAD 2007-2012, o déficit habitacional rural relativo (déficit em relação ao total de domicílios existentes) no Brasil é de 8,68%, um número não muito expressivo, mas ainda alarmante visto que este índice reduziu somente 3% desde 2007.

Com relação a aspectos qualitativos, os dados do PNAD/ IBGE 2011 revelaram que dentre os 8.491 milhões de domicílios particulares permanentes rurais existentes no Brasil, apenas 23% possuíam coleta direta do lixo e somente 66% tinham acesso a

telefonia. Já, dentre os 52.801 milhões de domicílios particulares permanentes urbanos, 93% possuíam coleta direta de lixo e 93,7% tinham acesso a telefonia. Outras variáveis de infraestrutura, como abastecimento d'água, esgotamento sanitário, banheiro e iluminação elétrica também atendiam, quase em sua totalidade, os domicílios particulares urbanos em detrimento dos domicílios na área rural. Outro dado qualitativo relevante é que, de acordo com dados do IBGE/PNAD 2007-2012 acerca do déficit habitacional, as habitações precárias ⁶ representavam um déficit urbano de menos de 10% do déficit total em 2012; em contrapartida, representavam aproximadamente 70% do déficit total rural neste mesmo ano. Complementa-se nestes dados que, em valores absolutos, a precariedade rural segue maior (31%) que a urbana (LIMA NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013). Assim, observa-se que, em nível de Brasil, há um déficit habitacional quantitativo e qualitativo maior em áreas rurais do que nas áreas urbanas.

Devido a esse quadro é que diversas políticas públicas têm sido implementadas, tais como o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Dessa forma, a pesquisa atenta para o processo de implementação deste, de forma a analisar a conformidade e adequação do Programa com a realidade das moradias das famílias beneficiárias.

O objetivo dessa investigação é compreender as realidades de moradia contempladas no PNHR. Tomou-se como referência empírica as áreas rurais dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta-MG. Especificamente, buscou-se descrever os costumes e a importância dados aos cômodos da casa rural e em que medida o PNHR se adéqua à realidade dessas famílias.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

A “casa” possui um sentido que transcende os aspectos e padrões físicos, e perpassa uma construção histórica desse “aparato” humano que foi sendo aperfeiçoado e transformado num ambiente de intimidade, privacidade, transposição da cultura e de

⁶ As habitações precárias compreendem dois subcomponentes, são eles: os domicílios improvisados, que são todos os domicílios classificados como Particular Improvisado; e os domicílios rústicos, caracterizados quando há Domicílios Particulares Permanentes (DPP) do tipo casa e apartamentos que não sejam de alvenaria ou madeira emparelhada, cujo material predominante seja de taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material (LIMA NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013).

vivências. Ao longo da sua história, a casa brasileira teve diferentes sentidos para os seus moradores.

Em decorrência desses sentidos e dessas realidades vivenciadas pelos moradores, que cabe realizar um levantamento histórico sobre as funções dos espaços e cômodos das casas, aliada às diretrizes do PNHR, de modo que seja possível perceber como se dá esta relação na atualidade.

4.1. Levantamento histórico sobre as funções dos espaços da casa no Brasil

A “casa” possui como função básica dar abrigo, e “(...) tem que ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção (...) palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” (LEMOS, 1996, p.9). Portanto, ainda que possuam essas generalidades bem como espaços padronizados, a casa também contém especificidades com diferenciações que torna única cada unidade habitacional (CAMARGO, 2010).

No Brasil, pode-se dizer que a construção do significado da “casa/domicílio” foi dada historicamente pelo branco europeu, índios e negros que contribuíram social, econômica e culturalmente para as diferentes visões que se tem dessa categoria. A análise desse significado difere a partir da perspectiva de análise dos diferentes autores. Algranti (1997, p.85), por exemplo, ao definir o “domicílio” vai associá-lo a um espaço de intimidade. Nas palavras da autora, refere-se a um “(...) espaço de convivência da intimidade. Domicílios de vários tipos, é certo, temporal e regionalmente delimitados, habitados por indivíduos de origens diferentes (...)”. Nele, as famílias constituíam diversos tipos de uniões, sacramentadas ou não, e reuniam-se pessoas sob as mais diversas formas: compondo apenas pessoas de uma mesma família nuclear e escravos, ou compondo também agregados e parentes próximos. Os domicílios propiciavam a interação dos colonos com o meio natural, que criavam formas de subsistência e vivenciavam laços afetivos (ALGRANTI, 1997).

Conforme descrição da autora, nas primeiras décadas do século XVI, as famílias moravam em localidades distantes umas das outras, mas com o povoamento e a colonização, novos costumes foram inseridos na sociedade brasileira, juntamente com

novas composições familiares. Quanto à forma de morar dos colonos, havia muitas diferenças tanto com relação aos materiais utilizados na construção quanto ao padrão arquitetônico, cuja forma e divisão interna expressavam as características dos humildes e dos privilegiados, bem como revelavam aspectos importantes da vida dos moradores. Nas vilas e cidades, nos primeiros séculos da colonização, as moradas eram simples e pobres, visto que os moradores eram desprovidos de recursos (ALGRANTI, 1997). Os sobrados e vivendas somente surgiram mais tarde. De certa forma, havia uma padronização nas casas urbanas

(...) com casas de tamanho mais reduzido, de apenas um andar, nas quais predominavam os materiais disponíveis na região, como barro, madeira e pedras. Os sobrados e as vivendas, ocupados pelos membros da elite, surgiram mais tarde, em consequência da diversificação da economia e do crescimento urbano (ALGRANTI, 1997, p.90).

Essa padronização não ocorria com relação aos domicílios rurais. Faltava-lhes uniformidade, apesar de possuírem características no geral similares, como quintais, jardins, hortas, e anexos circundados por muros baixos que delimitavam o espaço doméstico. Eram “(...) áreas destinadas ao convívio, ao cuidado dos animais e à indústria doméstica” (ALGRANTI, 1997, p.91). A indústria doméstica com seu importante papel de garantir produtos para a subsistência dos colonos provinha de hortas e pomares, plantas que forneciam gordura vegetal, matéria-prima e animais de criação. Algranti também descreve os anexos das casas:

Essas casas cobertas de telhas no quintal devem ser os anexos que encontramos de sul a norte do país, ao longo de todo o período colonial. Alguns rústicos, simples telheiros, outros melhor edificadas, abrigavam a casa de farinha, o monjolo ou a moenda. Serviam também para guardar utensílios e alimentos de toda espécie e era nessas dependências de trabalho que se passava boa parte do tempo, principalmente as mulheres da casa. (ALGRANTI, 1997, p.93).

Com relação às áreas externas:

As casas eram, assim, voltadas para dentro, às vezes com pequenos jardins na frente, e era na parte dos fundos que a vida doméstica se desenvolvia intensamente (...). Nas áreas mais amplas e abastadas, o alpendre nos fundos, ou uma varanda propriamente dita, servia de espaço para as refeições. (ALGRANTI, 1997, p.94).

A autora faz a descrição de outras áreas pertencentes à moradia do colono, além da área de serviço, havia o quintal que podia conter a senzala e a secreta – uma espécie de buraco na terra usado para higiene pessoal. No caso das senzalas, estas estavam presentes nas grandes fazendas, comportavam um número maior de escravos do que

poderiam comportar e elas eram: “(...) cobertas de palha ou telhas, erguidas com tijolos, madeiras e pedras. Algumas dispunham de divisórias internas, outras abrigavam apenas mulheres, mas estavam sempre presentes quando o número de escravos era relevante” (ALGRANTI, 1997, p.95).

Aos poucos, populações negras mesclaram-se e se confundiram com as camadas de populações nacionais, resultando numa mescla de diversos tipos sociais que se organizavam em torno de culturas de subsistência, no que constituiu um campesinato composto por uma população heterogênea, contudo, de condições de vida e visões de mundo similares. As moradias eram: “(...) no geral choças construídas de pau a pique, de barro a sopapo, ou de adobe, cobertas de sapé ou de qualquer outra palha existente na região” (WISSENBACH, 1998, p.64). As casas dos negros, caboclos e sertanejos na zona rural eram semelhantes e construídas com os materiais dispostos à mão:

(...) estacas de bambu, troncos de árvores, os tetos recobertos de sapé; o barro que se retira num simples abaixar do corpo e com o qual se recobrem as paredes (...) pouco ou quase nenhum móvel; os leitos, simples esteiras no chão ou então redes; a cozinha que se limita a um fogareiro e a pouquíssimos utensílios; as portas, amarradas de treliças de bambu e cipó (...) (WISSENBACH, 1998, p.64).

No começo do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil e, conseqüentemente, a intensificação das transformações urbanas, as casas passaram a ter decorações interiores e maior conforto. Passa a haver uma maior preocupação com o bem-estar, com o convívio da família e com a intimidade (ALGRANTI, 1997).

E, conforme analisa Wissenbach (1998), as variações das casas no período de final do século XIX e começo do século XX, se davam de acordo com as particularidades climáticas e as vegetações características de cada região:

Os mocambos em volta de Recife eram feitos igualmente de pau a pique (...) recobertos com folhas de coqueiros, dendezeiros e também das variantes locais de capim-sapé; em vez de cipó, era com fibras de embira que se faziam as amarrações. As mesmas coberturas poderiam ser notadas na versão mineira da casa de pau a pique, denominada “cafua” (...) Nas zonas marítimas e ribeirinhas, nos subúrbios em volta de Teresina, poderiam ser encontradas outras construídas inteiramente das folhas de buritis – um tipo de palmeira -, inclusive portas e janelas (...).(WISSENBACH, 1998, p.65).

Com o passar do tempo, em meados do século XVIII, os espaços foram reequacionados no interior das casas: a cozinha passou a integrar o corpo da casa, foram criados oratórios nos quartos ou paredes; com a chegada da água encanada as atividades de limpeza permaneceram na área externa, porém, instalaram-se tanques nas

dependências. Também, as redes que por vezes substituíam as camas e cadeiras, foram deixadas de lado e as camas começaram a aparecer com maior frequência. Outras mobílias eram confeccionadas pelos próprios colonos com matéria-prima local (ALGRANTI, 1997).

Até a segunda metade do século XIX, o padrão de casas para homens pobres e livres, no campo e na cidade ainda

(...) consistiam em pequenas choupanas com apenas um ou dois cômodos, nos quais se dormia, cozinhava e que muitas vezes abrigava uma pequena oficina, as casas dos indivíduos com algumas posses dispunha de mais aposentos, geralmente enfileirados. O da frente com janela virada para a rua servindo de sala, e os demais (...) que serviam de quarto de dormir (...). No final instalavam-se a cozinha e o alpendre, que davam para o quintal. (ALGRANTI, 1997. p.99)

Quanto às casas de abastadas famílias, aos poucos elas foram sendo equipadas com o melhor que havia na época, no Reino e na Colônia. Para essa camada, os domicílios passaram a ter um significado maior do que um lugar para se guardar materiais de trabalho e se passar a noite, eles passaram a fornecer proteção, aconchego, privacidade e intimidade.

(...) demonstrando interesse tanto no conforto como no requinte que marcava as moradas dos membros da elite em seu tempo (...). Mesas de vários tipos para os diversos ambientes, sofás e poltronas, escrivaninhas, utensílios de mesa luxuosos, mas também de cozinha e decoração, além de escravos para o serviço doméstico e dos seus caixeiros (...) (ALGRANTI, 1997. p.141)

Mais recentemente, nos idos de 1948 a 1954, o estudo de Antônio Cândido (1977) em relação aos caipiras de Bofete, interior de São Paulo, nos permite compreender as alterações que a moradia sofre ao analisar as mudanças na vida do caipira⁷ perceptíveis nas relações de trabalho e comércio, a partir do progresso industrial e da abertura de mercados à urbanização, quando, conseqüentemente, os bens de consumo atingem as áreas rurais. Conforme descreve o autor, o caipira passa a ter novas necessidades e a comprar cada vez mais o que antes produzia: “(...) destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia geral” (CÂNDIDO, 1977, p.165), e para que fossem efetivadas estas compras, o ritmo de trabalho se intensificou. Ao longo dos anos e com a expansão dos modos capitalista de produção, Cândido (1977) notou categorias de fatos de persistência e de alteração com relação aos grupos

⁷ “Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas (...) à área de influência histórica paulista.” (CÂNDIDO, 1977, p.22)

estudados. Os de persistência consistem em formas sociais e culturais que aconteciam, mas que perduram no presente. Já os de alteração, como o próprio nome se refere, são formações novas, geradas ou incorporadas pelo grupo para adequar-se às mudanças que ocorriam. Nesta mesma análise, Cândido traz à tona a figura de três modalidades de indivíduos: “1) o caipira que procura enquadrar-se ao máximo nas novas condições; 2) o que se apega à vida tradicional, procurando conciliá-la com as exigências presentes; 3) o que é totalmente incapaz de ajustar-se a estas.”(CÂNDIDO, 1977, p.170). Contudo, o autor conclui de forma pessimista, que o caipira somente tem duas opções a seguir: renunciar ao seu estilo de vida e se integrar ao novo sistema social ou renunciar à sua autonomia, passando ao salariado urbano e rural, ou à fome.

Baseado nessas opções, para Cândido (1977), houve uma mudança das relações do grupo com o meio, voltado para o aproveitamento dos recursos naturais. Cria-se, portanto, o meio artificial que abre caminho à civilização, o homem rústico fica para trás, desprendendo-se do meio integral e reajustando-se aos meios parciais e desarticulados. Enfim, ele se incorpora a uma nova cultura, a novos hábitos, crenças e valores. A economia capitalista faz emergir novas posições sociais. O autor deixa claro que não há uma substituição mecânica dos padrões, mas sim um ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social, redefinindo os modos de vida do homem rural (CÂNDIDO, 1977). Cabe a ressalva de que o contexto observado por Antônio Cândido foi na região de São Paulo; contudo existem variações nos hábitos e modos de vida nas diferentes regiões do país, que possuem relação direta com a configuração espacial da casa.

Neste cenário, a morada frequentemente também expressa esses modos de vida e trabalho, uma vez que a distância entre um padrão de casa urbana e um padrão de casa rural vai se reduzindo em função de uma dinâmica de maior interação entre campo e cidade.

4.2. O Programa Nacional de Habitação Rural

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR - foi lançado no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, sendo uma modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Este, que é um Programa do Governo Federal, gerido pelo

Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF), foi instituído pela Lei nº 11977/2009, alterado pela medida provisória nº514 de 2010 e pelas Leis nº12.350/2010, 12.249/2010, 12.424/2011. De acordo com esta última Lei, artigo 1º, o programa possui como finalidade “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais (...)”.

O subprograma PNHR, atende a três grupos de beneficiários, os grupos I, II e III, e foi criado pela Medida Provisória nº. 459, de 25/03/2009 – convertida na Lei nº. 11977 de 2009 -, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida em 2009 sendo posteriormente modificado pela Lei nº 12.424/2011. De acordo com o texto dessa última Lei, sua finalidade é definida como:

O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (BRASIL, Lei nº12.424/2011).

Também o artigo 14 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011 traz um complemento na definição de que “O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)”. Ainda, a Portaria interministerial Nº395, de agosto de 2011, dispõe que a renda familiar anual dos agricultores familiares, futuros beneficiários do Programa, será aquela constante na Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, gerida pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Aos beneficiários pertencentes ao grupo I, ou seja, aqueles agricultores familiares ou trabalhadores rurais com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00 o programa concede subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU. Estes recursos são repassados diretamente às pessoas físicas, para que possam adquirir material de construção e realizar pagamento dos serviços de mão-de-obra destinados à produção da Unidade Habitacional (UH). Já os grupos II e III, caracterizam-se por receberem, financiamento habitacional e subsídios lastreados em recursos do FGTS e do OGU à pessoa física (ao beneficiário) que pode ser o agricultor familiar e os trabalhadores rurais organizados em Entidades Organizadoras (EOs). Estes

grupos II e III - de acordo com a Portaria nº229 de maio de 2012, do Ministério das Cidades - devem ter renda familiar bruta anual máxima como sendo de R\$15.000,01 até 30.000,00 e de R\$30.000,01 a R\$60.000,00, respectivamente. As principais diferenças entre os grupos I, II e III estão na proveniência dos recursos, no valor da renda bruta anual, e no valor dos investimentos que variam conforme o grupo.⁸

Neste estudo a prioridade será dada ao grupo I, visto que esta parcela é a classe mais vulnerável e com mais dificuldades de enfrentar a questão habitacional sem intervenção do Estado, sendo a amostra estudada extraída deste.

5. METODOLOGIA

Este estudo trata de uma pesquisa descritiva realizada na área rural dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta, MG, na microrregião da Zona da Mata Mineira. Para a seleção da amostra foi utilizada uma listagem fornecida pelas Entidades Organizadoras (EOs) – órgãos responsáveis pela seleção das famílias a serem beneficiadas pelo PNHR – dos referidos municípios. Utilizou-se uma amostra com 55 famílias, com base no cálculo da amostra para populações finitas sugerida por Triola (2013)⁹. Dentre as famílias selecionadas, 24 pertencem ao município de Guiricema e 31 ao município de São Miguel do Anta, MG. A pesquisa foi aprovada pelo parecer nº 20261513.5.0000.5153 do Comitê de Ética.

Optou-se por realizar um estudo de caso, pois esta estratégia de pesquisa permite uma análise mais profunda da unidade de estudo e, portanto, uma maior compreensão da mesma. Para Gil (1995, p.58): “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo (...)”. Como técnica de coleta de dados foram utilizadas

⁸ Dados do Programa Nacional de Habitação Rural, disponível em: www.caixa.gov.br. Acesso realizado em mar 2013

⁹ $n = N.p.q (Z\alpha/2)^2 / p.q (Z\alpha/2)^2 + (N-1) E^2$ - Onde: n = tamanho da amostra; $Z\sigma/2$ = valor crítico tabelado de uma distribuição normal; N = tamanho populacional; p = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria estudada; q = proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria estudada ($q = 1 - p$); E = margem de erro ou erro máximo de estimativa.

entrevistas semi-estruturadas¹⁰, observações sistemáticas e assistemáticas¹¹ e análise documental.

6. RESULTADOS

Para identificar as realidades de moradia contempladas no PNHR, foram consideradas as seguintes variáveis: o nível de satisfação dos beneficiários em relação à casa construída e expectativa de moradia com relação a casa. Para interpretação dessas variáveis houve embasamento em algumas categorias analíticas: o significado da casa e as expectativas dos beneficiários. Tais informações foram adquiridas junto aos membros das famílias beneficiárias do Programa, que foram inscritos no mesmo.

Primeiramente cabe expor que o projeto de casa de Unidade Habitacional (UH) do município de Guiricema é composto por dois quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro, uma área de serviço e uma varanda pequena. Já no município de São Miguel do Anta, constam três quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Contudo, os recursos foram poupados de forma que foi possível construir uma varanda de três metros, a qual não está no projeto.

¹⁰ A entrevista é parcialmente estruturada quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso e, dessa maneira, possui uma flexibilidade para a colocação de novas questões no decorrer da entrevista (GIL, 1995).

¹¹ A técnica de observações baseada em Marconi & Lakatos (2011) é dividida em observação direta intensiva sistemática e observação direta intensiva assistemática. A primeira busca observar alguns pontos específicos, já a segunda se refere à observação casualmente de alguns fatos, que podem ser relevantes à pesquisa.

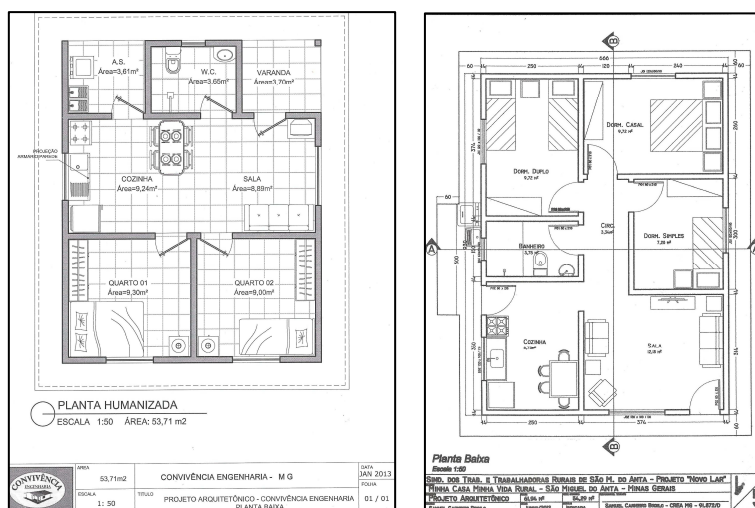


Figura 3 – Plantas das casas dos municípios de Guiricema e São Miguel do Anta – MG, respectivamente, 2013.

Fonte: EMATER (2013).

6.1. Nível de satisfação com relação à casa construída

Foi questionado aos entrevistados se a casa construída atende ou atenderia as necessidades de moradia dos mesmos, 47 (quarenta e sete) responderam que sim e, somente 8 (oito) disseram que não.

Ao serem perguntados sobre o “porquê” de atendê-las ou não (Tabela 1), 13 (treze) dos que disseram que a casa atende responderam que a casa é boa, e 6 (seis) responderam que a casa é bem confortável e grande.

Tabela 1 – Motivo pelo qual a casa atende às necessidades de moradia dos beneficiários. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013

Motivo	n = 47
	n
A casa é bem confortável, grande	6
A família não mora em casa própria	3
A família é pequena	5
A casa atual está muito ruim	3

A casa é boa	13
É uma casa com material muito bom, bem acabada	5
Porque não tem problema de insalubridade	1
Porque o material é tudo do meu gosto	2
Porque ela fornece privacidade	4
Pretende constituir família	2
Porque serve para morar	1
Não respondeu	2

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nas falas que seguem está expressa a satisfação do beneficiário com o resultado da casa:

Pra mim vai atender ué...se essa casa vim pra mim...pra mim vai ser o conforto da minha vida né... (Entrevista 30, São Miguel do Anta)

Atende porque os cômodos são tudo bom né...quartos tudo grande, a única que ficou menor foi a cozinha, mas a cozinha num tem necessidade dela ser tão grande...mas os quartos precisava ser uns quartos bons...eles são bons...a sala muito boa...o banheiro num precisa melhor, pra roça num precisa melhor...o banheiro ficou grandão mesmo. (Entrevista 5, São Miguel do Anta)

Estas respostas transmitem a ideia de tranquilidade, paz e conforto - refúgio que há no espaço interior – com relação “(...) aos rigores das intempéries, do assédio de quem não desejamos, da agressão física, ou de algo menos concreto, porém não menos invasivo à nossa vida interior” (CAMARGO, 2010, p.32). Já o espaço exterior seria aquele onde se pratica as atividades coletivas e públicas.

Numa outra percepção, foi notado nas falas de alguns entrevistados o conceito de que a casa foi “ganhada” e, por isso, ela atende às expectativas. É como se não houvesse, por parte dos beneficiários, o direito de fazer exigências, visto que receberam o benefício do governo. Pelo contrário, na Constituição de 1988 consta que o cidadão tem direito à habitação, e a política pública surge justamente como um meio de facilitar a conquista desse direito. Numa outra perspectiva, a casa do Programa está sendo paga pelos beneficiários, ainda que seja em parcelas menores. No trecho que segue, a entrevistada realça a ideia de “ganho” da casa e desconsidera que além da compra de materiais avulsos teve parte na quitação da moradia:

Atende...ta do jeito que eu queria...ela é boa pra morar né, tudo de ferro né. Falta fazer a varanda e o engenheiro passar pra liberar ela. Ganhou tudo, aí umas coisinhas que faltou a gente tem que comprar né...porque faltava na

lista...faltava assim madeira, as coisas da pia...(...) nós comprou...comprou um monte de coisa ainda né, nós compramos por fora, num foi na conta do governo não. (Entrevista 12, São Miguel do Anta)

Outros moradores, 5 (cinco), ao afirmarem que a casa atende, pois é feita com um material bom e bem acabado, relevam a necessidade de ter uma casa com um número maior de cômodos, adequados para comportar toda família, tendo em vista que a casa foi construída com materiais de qualidade:

É...me atende, porque uma casa nesse patamar que ela se encontra toda acabadinha...entendeu? se fosse pra terminar a minha hoje num teria condições, então eu quero dizer: ela pode ser pequena mas ela é com um material muito... entendeu? muito bom, o material dela é muito bem acabado, entendeu?(...) (Entrevista 9, Guiricema)

Alguns, 5 (cinco), que alegam que a casa atende, pois a família é pequena, têm a necessidade atendida momentaneamente, mas sabem que no futuro, o espaço de moradia será reduzido devido à composição familiar que tende a ampliar:

Eu acho que vai né, porque por enquanto a gente ta sozinho né aí vai cabendo. (Entrevista 11, São Miguel do Anta)

Atende porque é só eu e minha filha...aí depois se aumentar a família né...aumenta mais né...mas por enquanto deixa assim mesmo. (Entrevista 02, Guiricema)

Ao analisar o processo de busca da satisfação das necessidades em relação ao habitar doméstico, por meio da fisicalidade da casa, percebe-se como primeira precisão a função “abrigo”, mas o conceito de “privacidade” também está imbricado com o sentido de “necessidade” e “significado” atribuído ao lar, sentidos estes, que são os padrões de comportamento que incorpora fisicamente a moradia e que são projetados pelos próprios moradores (CAMARGO, 2010). Assim sendo, a casa do PNHR atende de imediato a função “abrigo” do beneficiário, contudo, a ausência de cômodo(s) tende a afetar a privacidade da família constituída, o que limita, conseqüentemente, que as necessidades dos envolvidos sejam atendidas.

Ainda que algumas famílias atentassem para o número mínimo de cômodos, 4 (quatro) enxergaram sob um viés distinto a “privacidade” na casa. Privacidade esta, que abarca as manifestações da esfera íntima, privada e da personalidade, consagradas pelo texto da constituição como um direito (CAMARGO, 2010), conforme prescrito no inciso XI do artigo 5º da Constituição de 1988: “XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em

caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. E elucidado por Camargo (2010, p.103)

Ter privacidade não é meramente viver em reclusão em relação ao mundo exterior e excluir as pessoas de nosso convívio íntimo, mas ter o poder de optar entre interagir socialmente – ou prazerosamente –, partilhar informações pessoais com quem desejamos, e interromper o fluxo dessas informações quando queremos.

Assim ficou subentendido em alguns comentários dos entrevistados, ao serem questionados se a casa atenderia às suas necessidades:

Ah vai boba...porque a gente vive junto com o pai toda vida né...a gente vai ficar sozinha né, pra descansar,rs. (Entrevista 03, São Miguel do Anta)

Demais da conta,rsrs...porque nós precisa de uma casa né, nós casou e ficar morando dentro de casa com pai e mãe e a casa pequena...tem muita gente, são muita gente dentro de casa. (Entrevista 16, São Miguel do Anta)

Vai atender sim. Ah todo mundo quer ter o cantinho dele, rsrs. (Entrevista 23, São Miguel do Anta)

Ao serem questionados sobre o motivo da casa não atender às necessidades, a minoria insatisfeita - 8 (oito) - respondeu, quase que em sua totalidade, que não atende devido ao tamanho (Tabela 2).

Os depoimentos a seguir elucidam os aspectos negativos percebidos pelos beneficiários do PNHR:

É meio apertada né, mas assim (...) mais pra frente eu vou aumentar...pois eh...que enquanto num acabar de pagar o que tem de pagar né, num pode aumentar. (Entrevista 7, Guiricema)

Ah! Mais ou menos né, porque aqui na minha casa aqui tem 3 quartos, na outra tem 2...aí né...a cozinha é junto com a sala...aí fica assim...se torna...assim...ta bom né, mas é um pouco pequena. (Entrevista 17, Guiricema)

Tabela 2 - Motivo pelo qual a casa não atende às necessidades de moradia dos beneficiários. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013

Motivo	n = 8
	n
Pelo reduzido número de cômodos	1
Porque é pequena	5
Porque a sala não tem separação e o banheiro é na sala	1

Ao avaliar os comentários, fica evidente que os beneficiários descontentes tendem a aumentar a casa. Isto somente é permitido pelo PNHR, 60 dias após a conclusão e a legalização das unidades habitacionais, prazo em que os imóveis permanecem resguardados pela empresa do setor de construção civil participante do Programa¹². Contudo, nota-se que mesmo as parcelas de quitação do imóvel, sendo baixas e com forma de pagamento facilitada, o público alvo em questão é pertencente ao grupo I e recebe no máximo R\$15000,00 ao ano, o que equivale a R\$1250,00 por mês a serem ministrados para a família. Sendo assim, além das parcelas a serem quitadas e os gastos diários, há a proposta de um novo investimento financeiro para que a expectativa do imóvel adequado seja atendida, tendo em vista que as despesas com material de construção e mão-de-obra são altas, a solução passa a ser protelar este sonho e, na maioria dos casos, se contentar com a presente moradia.

O que não é o caso do entrevistado 12, do município de Guiricema, que somente mudará da antiga casa, quando tiver realizado as devidas reformas na unidade habitacional do PNHR. Outra que demonstra a preferência em continuar residindo na antiga morada é a entrevistada 17, que reconhece as limitações do Programa.

É relevante citar que a casa vem adotando um estilo mais moderno e, diga-se de passagem, que a habitação rural do PNHR foi tomada por traços urbanos. Isso pode ser constatado pela característica da sala conjugada com a cozinha, introduzida no país após a Segunda Guerra Mundial, com a industrialização (LEMOS, 1989). Nos tempos modernos, entre aproximadamente 1940 a 1970 em São Paulo, as plantas padronizadas tiveram lugar:

Em todos essas novas moradas há o isolamento do local de dormir, sempre minimizado e o destaque do local de estar invariavelmente se confunde com a cozinha. (...) Esta superposição de atividades de estar ou lazer e de serviço num mesmo espaço, deixando isoladas aquelas de repouso torna-se a característica da então casa popular. (LEMOS, 1989, p.71)

Em outros aspectos, uma tendência contemporânea “*são os espaços exíguos, que não possuem divisórias, no entanto, assumem funções diversas pela disposição dos móveis (...), que ao serem deslocados, abertos ou fechados alteram a configuração e*

¹² Dados disponíveis em : < <http://www1.caixa.gov.br> > . Acesso realizado em novembro de 2013.

junção dos ambientes”(MENDES, 2008, p.610). Estes espaços abertos e conjugados são também encontrados nos *lofts*¹³, construídos para pessoas solteiras ou que vivem sem a família.

Pode-se perceber nesta configuração de espaço, que a sala conjugada com a cozinha compõe um estilo mais modernizado que têm atingido não somente o ambiente urbano, como o rural.

No município de São Miguel do Anta, pelo PNHR, a cozinha está disposta ao lado da sala, mas há uma parede dividindo os dois cômodos. Já em Guiricema, a sala é conjugada com a cozinha; alguns projetos de casas possuem “meia parede” como divisória, outros não. Abaixo, uma beneficiária expõe seu descontentamento:

Éh...ficou mais ou menos né...da cozinha sai pra sala...da sala sai pra cozinha...é desse jeito, é tudo aberto né...mas, mais pra frente se quiser fechar também pode...eu queria que tivesse a divisão mas num pode né...á ficou assim...é chato mesmo né...ah...muitas pessoas aí ficaram desencantadas com isso, cruz credo! (Entrevista 7, Guiricema)

6.2. Expectativa de moradia com relação à casa

Durante a pesquisa, os entrevistados também responderam sobre como gostariam que fosse a casa, de forma a expor expectativas e anseios (Tabela 3).

O resultado foi rico em diversidade, e obteve-se mais de 25 configurações diferentes de casa. Sendo que somente 2 (duas) pessoas optaram por manter a casa conforme construída pelo Programa, o que contradiz com o nível de satisfação dos entrevistados com relação à casa construída (Tabela 1) e demonstra que a quantidade de insatisfeitos é maior do que 8 (oito) pessoas. Essa contradição pode ter ocorrido devido à insegurança inicial dos entrevistados perante as questões, ainda que tivessem sido informados sobre o total sigilo das respostas e dos respondentes.

¹³ São construções amplas, onde ateliê, quarto, sala, banheiro e cozinha se confundem em um mesmo salão. Os lofts eram construções baratas de moradia que encareceram a partir dos anos 70 em Nova York, quando se tornaram moda. No Brasil há adaptações deste modelo, são os ambientes “loftados”. Solteiros e jovens casais sem filhos são o principal público desse tipo de empreendimento. (DANTAS,C. Dados disponíveis em : <<http://casa.abril.com.br/>> Acesso realizado em janeiro de 2014.

Tabela 3 – Expectativa de moradia com relação à casa. Guiricema e São Miguel do Anta – MG, 2013

Como gostaria que a casa fosse	n = 55 n
Gostaria de ter uma varanda para fazer o fogão a lenha	6
Faria uma varanda grande na porta da sala e uma na porta da cozinha.	1
Fecharia a parede para dividir a sala da cozinha	3
Colocaria uma janela de vidro na cozinha	1
Faria um quarto a mais, uma varanda e uma parede para dividir a sala da cozinha	1
Faria mais um quarto, uma cozinha do lado de fora para colocar o fogão de lenha e faria o banheiro na cozinha	1
Aumentaria a casa toda, dividiria a sala da cozinha e faria 2 varandas	1
Faria uma cozinha com fogão de lenha e fecharia a parede entre sala e cozinha	1
Faria uma varanda	2
Faria uma copa e o banheiro longe da sala	1
Faria mais um quarto, dividiria sala da cozinha e colocaria banheiro longe da sala	1
Faria um quarto a mais e a parede para dividir a sala da cozinha.	1
Queria os cômodos maiores	2
Faria um quarto a mais e aumentaria a varanda	1
Faria varanda, outra cozinha para o fogão a lenha e mais um quarto	2
Dividiria sala da cozinha e colocaria banheiro longe da sala	3
Separaria a sala da cozinha, colocando a cozinha nos fundos.	8
Faria uma cozinha externa para o fogão a lenha	3
Separaria a sala da cozinha, colocando-a nos fundos e faria uma cozinha externa para o fogão a lenha	4
Faria os cômodos maiores e uma cozinha externa para o fogão a lenha	2
Trocaria a pia e o tanque padrão por maiores, e separaria a sala da cozinha	1
Faria uma garagem e um fogão a lenha na varanda/área	1
Colocaria o banheiro do lado de fora e trocaria o encanamento	1
Separaria os 3 quartos, e faria uma cozinha externa para o fogão a lenha	1
Faria varanda ao redor da casa e um fogão a lenha na varanda/área	1
Aumentaria a cozinha e faria uma varanda na entrada da sala	1
Aumentaria os cômodos, separaria cozinha da sala, faria uma dispensa e fogão a lenha	1
Faria uma garagem	1
Da forma como foi construída pelo Programa	2

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dessa forma, têm-se que 8 (oito) entrevistados separariam a sala da cozinha, colocando a cozinha nos fundos. O costume da independência dos cômodos está refletido nas falas dos moradores:

Eu se fosse pra mim fazer eu mudava a sala...lá pro canto de lá né, porque todo mundo, no modo de ver assim, achou meio esquisito, da sala já sai na cozinha, entendeu?! Igual aqui é a sala e lá é a cozinha, só mudava a sala no lugar do quarto né. (Entrevista 1, São Miguel do Anta)

Se fosse pra mim fazer, eu não faria a sala junto com a cozinha. É uma coisa que, ficou meio esquisito né...eu num sei se sou eu que já acostumei tanto com essa casa ser feita a sala separada da cozinha(...) (Entrevista 8, São Miguel do Anta)

Alguns moradores ainda diferenciaram os costumes, alegando que no meio rural têm as cozinhas que são dispostas mais ao fundo, diferentemente do meio urbano.

A única coisa que deveria ser mudada é a cozinha, ela ficou numa parte que devia ser em outra, porque no fundo da casa ficou dois quartos...e a cozinha e a sala ficou praticamente de um lado só...e para o pessoal da roça...eu acho que essa planta foi tirada mais pelo pessoal da cidade né...porque o pessoal da roça faz sempre a cozinha no fundo, você vê que aqui é a cozinha óh, e a sala lá...só que hoje em dia ninguém recebe ninguém pela porta da sala mais, cabô! Já chega todo mundo pela porta da cozinha mesmo uai, inclusive todo mundo reclamou dessa cozinha...muitos queria até mudar, só que não podia (...). (Entrevista 5, São Miguel do Anta)

(...) ah a única coisa que eu achei nela que ficou coisa, é a cozinha, porque a cozinha ficou no lugar da sala, a cozinha tinha que ser mais no fundo, porque em roça a cozinha é no fundo né..ela tinha que ser mais pro fundo dela, não na frente. (Entrevista 22, São Miguel do Anta)

Interessa ressaltar que na fala da moradora 5, um outro costume foi evidenciado, visto que as visitas no meio rural são recebidas sempre pela cozinha. Este hábito rural foi citado por Foisil (1991, p.344) ao afirmar que no século XVII, “No solar, os espaços da hospitalidade estão sobretudo na cozinha, às vezes na sala, raramente no quarto do dono. (...) Assim se revela um aspecto essencial dos costumes rurais”.

No Brasil, bem antes do modelo de casa com cômodos independentes introduzidos pelos arquitetos eruditos do ecletismo, já havia uma mescla entre os costumes dos colonizadores europeus e os índios na concepção do lar. A cozinha antes ficava próxima aos dormitórios, devido ao costume trazido pelo branco europeu que tinha como centro da casa o fogão – que mantinha a família aquecida – e, com a mudança climática do país colonizado, passou a ser desligada do núcleo residencial, ou construída como último cômodo da casa próximo ao quintal e às criações (LEMOS, 1989). Esse modelo de cozinha perdura como costume nas áreas rurais, e aliado a ele está o fogão a lenha. Durante o período colonial (1500-1822), os sobrados dos portugueses eram providos de imensas alas de serviço com seus fogões altos, encostados às paredes, providos de chaminés que não se adaptaram ao clima brasileiro e foram desaparecendo (LEMOS,1989).

O que vingou mesmo, foi o afastamento do fogão para áreas de serviço apartadas o quanto possível da área de viver, obrigando a refeição do patrão a longo percurso. Nas casas remediadas, foi comum, também, a solução que

adotava duas cozinhas, uma simples, de pequeno fogão em puxado ligado à casa e outra maior, a chamada 'cozinha suja', no fundo do quintal para os cozimentos mais demorados, para derreter tocinho, para clarear o açúcar mascavo, para as tachadas de doces de marmelo, de goiaba. (LEMOS, 1989, p.20)

O reflexo dessa necessidade de se ter um espaço para cozimentos mais demorados foi explicitado na pesquisa (Tabela 3) ao constar que 6 (seis) entrevistados gostariam de ter uma varanda para fazer o fogão a lenha. E 17 (dezessete) assumiram ter outras expectativas aliadas à vontade de terem uma varanda ou cozinha externa para o fogão a lenha. No total, 23 (vinte e três) entrevistados atribuiu uma importância na existência do fogão na casa rural. Essas informações foram subsidiadas pelas seguintes falas:

É, por mim podia ter o fogão...minha esposa lá é das antigas né, gosta de um fogãozinho de lenha, um feijãozinho de lenha...ontem ela fez um franguinho com quiabo lá no fogão de lenha, lá que tem outro gosto...(risos).(Entrevista 1, Guiricema)

Então, nessa varandinha que eu falei com você que eu iria colocar...vou fazer um puxado pra colocar...aí eu poderia fazer um fogãozinho de lenha lá fora entendeu?! Mas na casa não, porque é forrado com PVC aí é ruim né e perigoso também né. (Entrevista 2, Guiricema)

Ah do meu jeito falta uma varanda na porta da cozinha, e fazer uma cozinha na varanda pra um fogão à lenha, porque quem mora na roça, na zona rural, sempre gosta de um fogão a lenha né, pra cozinha um feijão (...). (Entrevista 16, Guiricema)

É notável que a casa fornecida pelo PNHR não abarque uma estrutura favorável à construção de um fogão a lenha em seu interior, devido ao forro ser de *polyvinil chloride* (PVC) – um material com propriedades “termoplásticas” amolecido sob o calor excessivo¹⁴. Dessa forma, a pretensão dessas famílias é construir na varanda um fogão a lenha. Cabe lembrar que somente o município de São Miguel do Anta foi beneficiado com uma varanda de 3 metros (devido às sobras de recursos). Enquanto não há a possibilidade dessas famílias concretizarem este intento, elas buscam soluções alternativas para saciar a necessidade do fogão a lenha:

Enquanto isso a gente usa a cozinha lá na casa antiga...porque lá que tem o fogão a lenha. (Entrevista 16, Guiricema)

(...) a hora que você me gritou eu tava acendendo fogo ali no chão ali pra cozinhar o feijão...pra num gastar o gás né..dependendo do gás, se eu gastar

¹⁴ Dados disponíveis em: < <http://www.usp.br/>> Acesso realizado em janeiro de 2014

muito gás eu gasto muito dinheiro...aí prefiro economizar naquele ali...ta até o fogo aceso lá. (Entrevista 11, Guiricema)

Eu não mudei pra casa, porque lá na roça, pra eu e minha esposa morar nela do jeito que ta num dá não...mas aí tem que usar só gás e lá nós é acostumado com o fogão de lenha sabe?! (...) (Entrevista 12, Guiricema)

O interessante é que este utensílio mostra-se tão necessário, que alguns entrevistados conforme apresentado, fazem uso do mesmo na antiga morada, que no geral apresenta péssimas condições. Outros, numa situação precária, improvisam um fogão no chão fora da nova casa, pois o anterior foi demolido para a construção da unidade. Lemos (1989, p.20) compartilha desta situação ao afirmar que, no período colonial, “Só pobre é que acendia o seu foguinho no chão do casebre e isso até hoje, porque nos sertões imensos e distantes ainda se cozinha de cócoras ao lado da rede de dormir”. O que ratifica um enaltecimento das condições de pobreza, contradizendo o real objetivo do Programa.

E tem aqueles que não mudarão para a unidade habitacional enquanto não for construído o fogão a lenha. Este, que toma uma enorme dimensão, tornando-se mais importante que a casa recebida.

Mediante estas constatações, foi questionado a um morador, o motivo da preferência pelo fogão a lenha, e obteve-se a seguinte resposta:

É o costume né, além de ter uma economia porque num gasta gás, né...e a comida parece que fica mais gostosa no fogão a lenha. (Entrevista 16, Guiricema)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante estas análises pode-se inferir que as realidades de moradia dos beneficiários não correspondem ao projeto de construção das UHs do PNHR. Apesar de alguns beneficiários terem exposto que a casa atende suas expectativas, a grande maioria disse que modificará a morada, o que demonstra que essa expectativa somente será atendida de fato, após tais alterações.

Também cabe dizer que apesar do camponês estar vivenciando uma realidade influenciada pela cultura urbana, alguns resquícios culturais locais foram percebidos durante a pesquisa e não foram preservados pelo Programa durante a execução dos projetos. Desse forma, este estudo conduziu a indicadores que permitem a avaliação e monitoramento de políticas habitacionais, voltadas ao contexto rural e em especial

inseridas em cidades de pequeno porte. A pesquisa também pode subsidiar recomendações acerca das novas configurações físicas das habitações, ao considerar valores culturais e locais dos beneficiários do PNHR.

8. REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 83-155.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia**. 2005. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/Demographicas3/demographicas3artigo9_257a286.pdf> Acesso em: nov 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: nov 2013.

_____. **Decreto Nº7.499, de 16 de Junho de 2011**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: nov 2013.

_____. **Lei n. 12.424, de 16 de Junho de 2011**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: mar 2013.

_____. **Portaria interministerial nº 395, de 26 de agosto de 2011**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/PortariaInterministerial395_260811.pdf> Acesso em: nov 2013.

_____. **Portaria interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012**. Disponível em: <<http://www.cehap.pb.gov.br/arqs/legislacao/original/201211201232420000006159.pdf>> Acesso em: nov 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Nacional de Habitação Rural**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>> Acesso em: mar 2013.

CAMARGO, E. N. **Casa, doce lar: O habitar doméstico percebido e vivenciado**. São Paulo: Annablume, 2010.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2007-2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2011. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: jan 2014.

LEMOS, C.A.C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

LIMA NETO, V.C; FURTADO, B.A; KRAUSE, C. **Nota técnica**: estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012). N°5. Brasília: IPEA, 2013.

WISSENBACH, M. C. C. **Da escravidão à liberdade**: dimensões de uma privacidade possível. História da Vida Privada no Brasil. V. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pg. 49-91.